



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Carlos Zarattini

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO (PL 733/2025)

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao Inciso IV do art. 109 do projeto a seguinte redação:

Art. 109

.
. .
.

IV – Piso normativo da categoria;

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do inciso faz alusão ao salário mínimo. O artigo tem como objeto a celebração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho. Esses instrumentos destinam-se a instituição dos pisos fixado para as categorias nas hipóteses das CCTs ou acima do piso normativo na hipótese de ACTs. Não faz sentido introduzir o salário mínimo nacional neste contexto que, em termos práticos, legaliza a fixação do salário mínimo como referência normativa para categorias profissionais tanto dos trabalhadores portuários como dos aquaviários do apoio portuário, terrestre e aquaviário. Evidentemente, a norma trata dos direitos indisponíveis fixados como patamar mínimo de

Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 808 - CEP 70160-900 - Brasília - DF - Tels.: (61) 3215-5808/3215-3808
dep.carloszarattini@camara.leg.br | dep.zarattini@uol.com.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Carlos Zarattini

referência pela própria Constituição Federal. No entanto, ao adotar o salário mínimo nacional, o PL institui a aplicação do salário mínimo como referência tanto ao trabalho portuário quanto ao de apoio terrestre.

Sala da Comissão, em de agosto de 2025.

Deputado CARLOS ZARATTINI

Apresentação: 14/08/2025 09:24:41.903 - PL073325
EMC 488/2025 PL073325 => PL 733/2025
EMC n.488/2025

